

ALGODÃO E TECIDOS NO NORDESTE (UM CASO TÍPICO  
DE ÍNTERRELACIONAMENTO DE AGRICULTURA E  
INDÚSTRIA) \*

---

VAMIREH CHACON

Sociólogo, professor universitário  
e escritor

*O algodão no presente e passado nordestinos*

Não se pode subestimar a importância do algodão na industrialização mundial. A Inglaterra, beneficiando matéria prima importada, inaugurou sua Revolução Industrial através de manufatura têxtil. Nas palavras de um historiador de Economia, "A Revolução Industrial, no último quartel do século XVIII e primeira metade do século XIX, consistiu basicamente em profunda transformação de indústria têxtil". "Com efeito, entre 1780 e a metade do século XIX, o consumo anual de algodão pelas fábricas inglesas aumentou de 2.000 toneladas para cerca de 250.000". Presença também decisiva nos primórdios da pujança norte-americana: "Foi como exportadores de uma matéria-prima — o algodão — que os E.U.A. tomaram posição na vanguarda da Revolução Industrial, praticamente desde os primórdios desta". (1, p. 193). \*\*

---

(\*) Trabalho que obteve o prêmio *Oliveira Lima*, em concurso promovido pelo IJNPS, cujo tema foi Formação e a Realidade do Norte/Nordeste Agrários do Brasil, patrocinado pela Companhia Siderúrgica do Nordeste — COSINOR.

(\*\*) Os números entre parênteses são os das referências bibliográficas reunidas no fim do texto.

Seria aliás este crescimento estadunidense que ofuscaria idêntica tentativa por parte do Brasil, segundo se vê no quadro abaixo, a respeito das exportações para a maior potência industrial da época, que fazia dos tecidos a base do seu novo impulso:

QUANTIDADE DE ALGODÃO IMPORTADO PELA INGLATERRA

	S A C A S	
	do Brasil	dos E. Unidos
1800 .....	30.593	40.342
1801 .....	37.900	51.447
1802 .....	72.660	105.187
1803 .....	70.263	103.063
1804 .....	45.739	102.174
1805 .....	52.141	122.078
1806 .....	47.802	124.092
1807 .....	18.981	171.267

FONTE: *Correio Brasiliense*, Vol. I., p. 55, Londres, 1000.

Tratava-se de algodão vindo da Bahia, Pernambuco, Maranhão e, em especial, do Ceará, que despachava, já em 1778, 3.510 kgs para Lisboa, atingindo uma exportação anual entre 450.000 e 600.000 kgs no princípio da centúria seguinte.

O peso dos Estados Unidos só diminuiria durante a Guerra Civil, quando retomariamos a liderança do mercado por pouco tempo, caindo em seguida à Abolição, quando sofreu mais que o açúcar. Em 1875 ocupávamos o terceiro lugar entre os exportadores de algodão e, no começo do século vinte, o sexto. Só os dois conflitos mundiais devolveriam ao nosso País, precariamente, a importante posição do início (2, p. 43).

*Antecedentes da industrialização têxtil brasileira*

Mas o algodão não serviu apenas de matéria-prima para terceiros.

A fabricação local de tecidos foi também o início da industrialização de Pernambuco e mesmo do Brasil em geral. Antes dela predominavam, de modo quase absoluto, as atividades primárias. As indústrias, em nível pouco acima do artesanal, que sobreviveram ao Alvará de 1785 proibindo-as no Brasil, devem-no ao fato de não ameaçar às

metropolitanas, pois o espírito da providência consistia em resguardar a primasia destas últimas.

Os primórdios da indústria têxtil cedo principiaram a destacar-se entre os vários ramos da Economia. Em começos do século XIX, em Pernambuco, o viajante francês L. F. Tollenare registra que vira escravos "ocupados a fiar algodão no fuso", preparando matéria-prima para os primitivos teares que usavam. Além disto, já no Brasil de então, existiam cordoarias que, igualmente, se articulam em atividades congêneres (3).

As perspectivas da industrialização brasileira, em geral, articulam-se num todo maior. Roberto Simonsen observou, muito bem, que "nossas exportações de produtos agrícolas deixaram de proporcionar poder aquisitivo externo suficiente para pagar as mercadorias industriais reclamadas pelo consumo interno". "A situação de desequilíbrio (era) provocada por uma população que cresce e se civiliza continuamente, e que não dispõe de meios de pagamentos no exterior, para os produtos de que necessita" (4, p. 19-20). Por outras palavras: o Brasil outrora, evidentemente mais que hoje, tratava-se de uma economia dependente, voltada para o exterior, donde importava produtos manufaturados nem sempre pagáveis de imediato com suas matérias-primas; por isto cresceu, cada vez mais, a premente necessidade de produzi-los dentro das nossas próprias fronteiras. Mesmo com um custo inflacionário. A tendência era ativada pela fragilidade da pauta de exportações (açúcar, algodão, café, um produto básico seguido por complementares), agravada pela ascensão dos compromissos da dívida externa e acentuada pelos déficits orçamentários do Império e suas tentativas parciais de correção através das elevações de impostos sobre o comércio externo.

Desde que a tributação constituía a principal fonte de receita do Estado, e nesta se destacava o comércio externo, o quadro seguinte (5, p. 174) merece especial consideração:

<i>Renda ordinária</i>	1831-32 (%)	1889 (%)	1929 (%)
Interior	42.7	21.4	39.6
Importação	29.5	48.3	44.6
Exportação	6.0	9.3	—
<i>Receita extraordinária</i>	15.1	6.8	10.6
<i>Receita especial</i>	—	—	5.2
<i>Receitas diversas</i>	6.7	14.2	—
	100.0	100.0	100.0

Aquela predominância inicial de recursos oriundos da rubrica "Interior" reflete a heterogênea multidão de tributação remontando ao período colonial, quando lhes faltava organização ou racionalização. Com o incremento das exportações, o Estado passou a dispor de novas fontes, só ressurgindo a mencionada rubrica sob novos critérios, já disciplinados, após a Independência, quando se extinguiu o fluxo que drenava as rendas brasileiras para Portugal. Ficavam, em seguida, dentro das nossas fronteiras, os tributos internos aqui arrecadados. Daí que, ao reaparecer a importância dos impostos "interiores", no início da República, eles adquiriram nova fisionomia, provindo de taxas sobre o consumo e a circulação (6, p. 176-7). O objetivo básico do novo Estado tinha de consistir na sua auto-sustentação financeira, o que devia ser alcançado mediante tributação pesando nas fontes internas de renda, desde que as importações eram o último recurso fiscal, dada a exclusão dos tributos recaindo na propriedade rural e nas exportações por ela geradas.

A História da Tarifa acompanha, quase paralelamente, a História da Industrialização no Brasil. De início, a taxa de 24% "ad valorem" em 1808, sobre importações em geral, viu-se reduzida em 16% em favor de Portugal e 15% em proveito da Inglaterra, em 1810. Até 1826, a Grã-Bretanha gozou deste privilégio, depois estendido à França, cabendo a Bernardo de Vasconcelos, então Ministro da Fazenda, nivelar a tarifa pelo ponto mais baixo, fixando o princípio da igualdade tarifária. Diante do violento desequilíbrio da balança comercial, após a generalização da medida, ocorrida na década de 1830, surgiu a Tarifa Alves Branco, elevando os direitos de importação a 30%. Nas reformas seguintes, eles sofrem altos e baixos, embora sempre na procura de um equilíbrio que conciliasse a arrecadação estatal e o consumo individual: Souza Franco, em 1857, introduzindo "impostos adicionais"; Silva Ferraz, 1860, aumentando as tarifas; Visconde de Itaboraá, 1869, buscando simplificar o sistema e ajustá-lo à "situação cambial"; Rio Branco, 1874, "de natureza pronunciadamente fiscal"; Saraiva, 1881; Belisário, 1886, chegando a elevar a taxa em "48% ad valorem".

Já a tarifa inicial da República (Rui Barbosa, 1890) visava basicamente "satisfazer a absoluta necessidade de reduzir os direitos sobre as matérias-primas consumidas pelas fábricas ou indústrias nacionais, e elevar os direitos de importação sobre artigos de fabricação estrangeira importados para serem consumidos no País, quando existissem artigos similares de produção nacional" (7, p. 187), além de continuar promovendo a auto-sustentação financeira do Estado. O chamado "período jacobino" de implantação da República também coincide com um extraordinário esforço para consolidar e ampliar a indústria brasileira. Nesta linha, a política tarifária de Rui visava, em última instância, "facilitar a entrada de matérias-primas e incentivar principalmente a pro-

dução industrial no setor de alimento e do vestuário" (8, p. 141, 147). Prosseguia assim a consciência do peso destes dois setores no desequilíbrio do nosso comércio externo, e da necessidade de superá-lo: as importações, entre 1839 e 1844, absorviam 51.6% em vestuários (de tecidos a calçados e chapéus), e 21% em alimentos (desde carne, inclusive charque, a bacalhau, manteiga e sal), num total de 72,6% das importações, o que revelava nossa precariedade. Desde entre 1871 e 1875 começara a surgir ligeira melhora: o vestuário caíra para 46,4% e os alimentos para 19.6%. Donde pôde Nelson Werneck Sodré concluir: "As diferenças não eram grandes: o importante é a tendência para o declínio nesses títulos que, antes, totalizavam 72.6% do valor total de nossas importações, e agora totalizavam 66%, em queda que se definiria cada vez mais claramente". (9, p. 79, 121).

Por outro lado, ainda na constelação de fatores propiciantes à industrialização, na época, a Guerra do Paraguai quase coincidira com a Guerra Civil dos Estados Unidos, permitindo ao Brasil simultâneos recordes de exportação de algodão e de produção interna de tecidos à base da referida matéria-prima. O "boom" dos anos 60 chega ao fim somente em 1873 (10, p. 45). Um testemunho da fase, registra: "Encetada que foi a luta nos campos do Paraguai, mudou tudo como milagre; cessaram as quebras; reanimou-se a produção e por conseguinte o comércio; o dinheiro tornou-se abundante; e as rendas públicas subiram dentro de 5 anos (1865 a 1870) de menos de 60 mil contos não contando com os novos impostos". "O movimento de importação e exportação passou de 294 a 370 mil contos; e o País pago), sem reclamação, aumentos de tributos que só por si igualavam com pouca diferença a totalidade da receita pública dos anos anteriores a 1840. Tivemos 5 anos de incansável prosperidade..." (11, p. 112-5).

Assim, a fase jacobina, encerrada com Prudente de Moraes, representara o ápice de um processo iniciado antes e acelerado, em curvas sucessivas, na Guerra do Paraguai e nas indenizações consequentes à Abolição da Escravatura. Com o Encilhamento, acentuou-se o desequilíbrio em nosso balanço de pagamentos. A situação chegaria aos extremos de desembocarmos na insolvência externa, embora não interna... O País conseguira incrementar, num impulso, a indústria local diante de mercado amplo e ávido, porém o Estado ficara, cada vez menos, com fontes de tributação, pois estas recaíam acima de tudo sobre as importações... O programa Murinho implicava em retomar, ampliando, a dependência, impossível na plenitude por ele almejada, pois já se tinham enraizado inúmeros empreendimentos industriais, em especial durante o referido período jacobino de República. Por isto, Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda, raciocinava em termos mais financeiros, ao decidir eliminar a complexidade das taxas e uniformizar o sistema tributário, dando-lhe eficiência e disciplina, com vistas a um sa-

neamento que o credenciasse a créditos externos. Seus métodos, nada originais — “equilíbrio do orçamento, aumento de receita, redução nos gastos, incremento de exportação e direitos de importação em ouro” (12, p. 239) — acabaram possibilitando a reentrada de capitais estrangeiros, ao mesmo tempo que sobreviveria muito do anterior esforço industrializante, agora em bases mais sólidas, após o fechamento das numerosas empresas erguidas às pressas. A industrialização comprovava-se irreversível e capaz de resistir a tão violento impacto. De modo indireto, a introdução da taxa-ouro e do adicional de 2% “para aplicação especial” serviriam até para fortalecer as indústrias, remanescentes em grande número, embora Murinho retornasse à proteção, mais radical que no Império, em favor da grande propriedade rural, conforme o prova, no quadro anterior, a eliminação da rubrica de receita sobre a “Exportação”. Esta baixara logo após a Independência, subindo no fim da Monarquia e início da República, e desaparecendo por inspiração do Ministro interessado em providências saneadoras que terminariam repercutindo ao nível econômico do país, ao permitir o retorno ao comércio mundial, sem destruir as indústrias mais fortes.

Enquanto as trocas mundiais e o sistema tributário do Governo favoreciam, de maneira indireta, a industrialização, o mercado interno prosseguia ampliando-se em função de variáveis, entre eles, com destaque, a substituição do trabalho escravo pelo livre (13, p. 171-83) e a expansão do setor terciário urbano, com a multiplicação da rede comercial e industrial interna, pois também se expandiam outros estabelecimentos fabris na época, principalmente nos setores de alimentos, cerâmica e beneficiamento de madeira. Além disto, leva-se em conta a diferença dos preços de produtos têxteis, mais baratos e de inferior qualidade destinados ao maior mercado de renda inferior, diante dos tecidos sofisticados e caros, em geral oriundos do exterior.

Por tudo isto, a industrialização brasileira implantou-se, de início timidamente, num processo empírico de substituição de importações, onde o ramo têxtil se destacaria na liderança. Representou o começo de diversificação industrial, antes insipiente, em seguida se enraizando, sobrevivendo a todos os percalços, diante do sistema monocultor agrário e patriarcal minado pelas sucessivas crises do comércio internacional, enquanto o ramo industrial, sobretudo têxtil, crescia, pois além de sua expansão vegetativa, beneficiava-se de importações. O crescimento do mercado interno atingira um ponto, a partir do qual a capacidade do país pagar, com exportações as suas importações, já não mais bastava. Daí as simplificações e ordem estendidas, cada vez mais ao sistema, desde pelo menos Murinho, apesar de inspiradas numa teoria quantitativa de moeda, à medida que desafogavam os compromissos externos do Brasil, favorecerem a importação de confiantes capitais estrangeiros e principalmente animarem os investimentos indus-

triais internos, em especial nas faixas de mercado mais acessível. O Estado podia até mesmo subsidiá-los, de modo direto ou indireto, mas com menor esforço e maior êxito.

Os seguintes quadros (14, p. LXIX) demonstram o impulso industrial em geral, o têxtil específico, que o Brasil continuou adquirindo, superando recessões e crises:

## INDÚSTRIAS EM GERAL

Época da fundação	N.º de fábricas	Capital empregado	N.º de empregados	Valor da produção
Até 1849	35	26.156:982 \$	2.929	31.991:461 \$
De 1850 a 1854	16	2.757:425 \$	1.177	18.141:305 \$
De 1855 a 1859	8	4.130:895 \$	1.094	8.784:405 \$
De 1860 a 1864	20	7.179:202 \$	775	9.058:689 \$
De 1865 a 1869	34	10.847:443 \$	1.864	15.909:360 \$
De 1870 a 1874	62	41.311:267 \$	6.019	59.380:145 \$
De 1875 a 1879	63	23.194:486 \$	4.230	34.839:523 \$
De 1880 a 1884	150	58.368:338 \$	11.715	89.866:076 \$
De 1885 a 1889	248	203.401:521 \$	24.369	247.121:620 \$
De 1890 a 1894	452	213.714:736 \$	31.123	278.578:425 \$
De 1895 a 1899	472	90.594:771 \$	14.516	140.868:592 \$
De 1900 a 1904	1.080	109.623:598 \$	19.710	208.954:014 \$
De 1905 a 1909	1.358	225.594:376 \$	34.362	369.065:505 \$
De 1910 a 1914	3.135	335.441:916 \$	53.992	646.532:185 \$
De 1915 a 1919	5.936	438.559:214 \$	63.950	791.264:256 \$
Ignorada	267	24.258:841 \$	4.227	46.820:660 \$



## INDÚSTRIAS DE TECIDOS DE ALGODÃO

Epoca	N.º de fábrica	Capital empregado	Fusos	Teares	N.º de empregados	P r o d u ç ã o	
						(1.000 metros)	(Contos)
1853*	8		4.499	178	424	1.210	6
1866*	9		13.977	346	795	3.586	2.116
1882*	46	1.000	42.380**		3.600	22.000	
1885*	48	5.005***	66.466	2.111	3.172	20.595	
1905	110	165.440	734.920	26.420	39.159	242.087	
1909*	161	234.478			45.942		135.026
1910*	137	250.000	1.000.000	35.000	55.000		
1915	240	321.110	1.512.626	51.134	82.257	470.783	261.183
1921	242	337.700	1.521.300	59.208	108.960	552.446	442.000
1924	244	385.685	2.502.288	65.451	110.119	579.779	775.791
1925	297	468.473	2.345.809	70.561	114.561	535.909	974.330
1926	329	587.597	2.528.611	75.631	174.619	539.025	981.082
1927	354	641.493	2.584.050	78.383	128.613	594.313	974.555
1928	347	669.912	2.620.471	78.910	123.521	581.951	929.308
1929	359	656.353	2.651.108	80.336	123.470	477.995	684.962
1932	355	669.794	2.695.639	85.312	115.550	630.738	911.926
1946	420****	2.478.352	3.076.336	92.469	234.864	1.142.151	5.959.549
1948	409****	4.626.269	3.092.054	98.426	224.252	1.119.738	7.019.751

\* Estatística incompleta

\*\* Cálculo de fusos em oito fábricas (1884)

\*\*\* Inclui capital e fusos (20 fábricas), teares (30 fábricas), trabalhadores (23 fábricas), produção (12 fábricas)

\*\*\*\* Representa o número total de fábricas em existência e não as que forneceram informação estatística

No último quadro, página anterior, verifica-se o grande impulso recebido durante a I Guerra Mundial pela indústria têxtil, enquanto no anterior aparece o mesmo quanto às indústrias em geral, quando o forçado isolamento determinaria uma velocidade maior no processo empírico de substituição de importações. Daí em diante, até o abalo mundial da Grande Crise de 1929, também a indústria têxtil acompanharia o ritmo de crescente expansão da economia brasileira.

Por tantos motivos, pôde Stanley J. Stein chamar, aos anos vinte no Brasil, os "anos dourados" da nossa industrialização. (15, apêndice I, p. 98, 191). O equipamento, antes instalado, passara a funcionar em plena capacidade. O setor têxtil atingia o auge da sua produção. Mas os indícios da crise mundial principiavam a surgir no horizonte.

A produção alcançara o ponto máximo em 1923. O preço local do algodão passou a independe das cotações de Liverpool. Desde 1924, os exportadores britânicos tinham começado a oferecer tecidos de algodão mais barato aos países fronteiriços do Brasil, chegando a penetrar inclusive em nosso território. A indústria local contra-atacou, desencadeando uma campanha contra estas importações, às quais chamava de "dumping", conseguindo elevar a tarifa sobre tais importações. Nas palavras de Stanley J. Stein, era a abertura do violento jogo dos anos 1928 e 1929. Agravada pelo fato de, em 1925, estar ocorrendo uma época de intensa renovação e ampliação do equipamento têxtil brasileiro, evidentemente de origem estrangeira. (16, p. 115-6). Até que explodiu a Grande Crise Mundial, acabando de bloquear por completo nossas importações em nível compensador e dificultando ainda mais as possibilidades de renovação do equipamento importado.

A crise de 1929 chegou ao Brasil pelo caminho do comércio internacional, através da queda no valor das nossas exportações. O mercado interno ficou numa posição delicada. O Governo tentou centralizar medidas de manutenção do nível de emprego por processos de transferência de renda, ao procurar garantir um mínimo remunerador aos preços dos artigos de exportação. Procurava-se reduzir o proporcional impacto dos "efeitos de multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia". Com o crescimento dos estoques, sobretudo de café, sem possibilidades de vendas num prazo previsto pelo menos para os próximos dez anos, o financiamento da retenção do estoque apresentava-se muito acima das nossas forças. A solução viável, a curto prazo, consistia apenas na destruição, em grande escala, do café estocado e erradicação, em massa, das plantas que gerassem ainda maior excesso. Era a única maneira imediata de evitar pior queda nos preços, chegando a propiciar sua elevação a médio prazo. Segundo Celso Furtado, seguíamos uma política estruturalista "avant la lettre" (*The General*

*Theory* apareceria em 1932): "O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes". (17, p. 188-93).

Dada a máxima importância, então, da Inglaterra em nosso comércio internacional, Sir Otto Niemeyer apresentou-se com "a autoridade de quase embaixador financeiro do império britânico", para dar sugestões ao nosso Governo. Embora, na realidade, representasse tão somente o grupo Rothschild. O que visava era muito simples: em linhas amplas, uma política tipo Murtinho, do novo para a maior crise brasileira. Na sua perspectiva monetária e financeira, ignorou a economia brasileira, "como se a estrutura financeira fosse inteiramente independente e autarchica". (18).

Mas desta vez não tínhamos um Campos Sales na Presidência. Mesmo talvez sem o entender, Getúlio Vargas preferiu outros caminhos. Sua experiência de ex-Ministro da Fazenda é possível que tivesse sentido como os problemas financeiros têm raízes econômicas. Passou a praticar, "inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados". O preço da saca de café de 60 quilos, orçando em cerca de 215 mil réis em 1925, caíra dois anos depois para 170 e, em 1930, não atingia 120, porém retomou, pouco a pouco, os níveis anteriores, com a queima de estoques e erradicação de plantações, ao lado doutras providências diversificantes e constitutivas de novas riquezas: "É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros". (19, p. 192-3).

Vargas retrucou, de modo indireto, a Niemeyer, num discurso em 1931 em Belo Horizonte, no qual dizia que "o problema máximo, pode dizer-se básico de nossa economia, é o siderúrgico". "Muito teremos feito dentro de breve tempo se conseguirmos libertar-nos da importação de artefatos de ferro, produzindo o indispensável ao abastecimento do país. Nacionalizando a indústria siderúrgica, daremos um grande passo na escalada ao alto destino que nos aguarda". (20, p. 355). Descontada a retórica, eis o enunciado de uma política econômica de industrialização de base, em vez de política meramente financeira de ajuste do balanço de pagamentos. Atacando de frente o problema, Vargas elevou nossa produção industrial, em geral, em 50% entre 1930 e 1937 e "a produção primária para o mercado interno teve um incremento de 40% no mesmo período". Diante da multiplicação de 4.697 fábricas entre 1920 e 1929, apareceram 12.232 entre 1930 e 1939.

(21, p. 357). As providências adotadas para defesa do café, durante a Grande Crise de 1929 nos seus antecedentes e consequências, garantiram o mínimo de renda interna que ainda estimulasse a sobrevivência e mesmo recuperação da nossa economia em geral, incluindo portanto o setor têxtil. O poder de compra do mercado interno caía menos que a capacidade de importação do país. Donde a chance de substituir, ainda mais, as importações em geral, havendo resposta pronta dos setores instalados e tradicionais, com demanda sobretudo inelástica, à maneira dos tecidos e alimentos.

#### PRODUÇÃO DE TECIDOS DE ALGODÃO NO BRASIL (22, p. 192)

Ano	Produção (em 1.000 metros)
1929	477.995
1930	476.088
1931	633.893
1932	630.738
1933	638.803
1934	715.814
1935	762.691
1936	914.529
1937	963.766
1938	909.972
1939	893.904
1940	840.168
1941	989.669
1942	1.068.612
1943	1.414.336
1944	1.382.700
1945	1.085.429
1947	1.063.426
1948	1.119.738

Pela primeira vez, de maneira contínua, nossa economia reflexa procurava superar sua dependência num insistente esforço, em lugar dos breves avanços e recuos da política tarifária do Império, culminando no Encilhamento dos primeiros anos jacobinos da República. Os sonhos de Alves Branco, Mauá e Rui Barbosa encontravam, enfim, roteiro irreversível de industrialização, superando várias falhas, à medida que passava o tempo. Seus métodos podem vir mudando, porém, nos altos e baixos, numa curva ascendente média apresentan-

do um crescente resíduo positivo de ampliação do equipamento instalado e de expansivo mercado consumidor.

Com o advento da II Guerra Mundial, quando os recíprocos bloqueios dos Aliados e do Eixo se prejudicavam entre si, apareceram brechas para a penetração brasileira em várias áreas do Mundo, desde a vizinha América Latina à África e aos próprios Estados Unidos e Europa. "O crescimento anormal das nossas exportações de produtos têxteis foi possível, mesmo a preços elevados, uma vez que se atravessava uma situação de emergência a nível mundial". O quadro seguinte (23, p. 194) fornece uma imagem bem nítida do impulso recebido pelo setor têxtil, a ponto de serem estabelecidas quotas de exportação, para evitar falta de tecidos no mercado interno:

TECIDOS DE ALGODÃO (EM QUILOS) EXPORTADOS PELO BRASIL ENTRE 1938/1950

1938	247.739
1939	1.981.734
1940	3.958.371
1941	9.237.932
1942	25.168.682
1943	26.045.818
1944	20.069.806
1945	24.246.510
1946	14.102.848
1947	16.678.215
1948	5.637.644
1949	4.010.567
1950	1.361.359

A euforia, com os recordes, desviava a atenção das falhas de organização e arcaísmo de equipamento da indústria têxtil brasileira, incapaz de renovação porque seus lucros não podiam ser então revertidos na compra de máquinas no Exterior. Mas "O fim da Guerra provocou o retorno à situação anterior. Com a normalização paulatina do mercado internacional, perdemos os nossos compradores e o obsolescência de equipamento em operação ficou patenteado". (24, p. 21). Apareceu a Instrução 18 da antiga SUMOC (Superintendência da Moda e do Crédito), depois convertida em Banco Central e outrora ligada ao Banco do Brasil, permitindo a importação de máquinas têxteis para renovação e ampliação da referida indústria. As empresas do Centro-Sul e Sul do país puderam aproveitar a medida ao máximo possível, graças à sua menor quantidade de problemas e maiores níveis de capita-

lização, enquanto as empresas nordestinas, com seus problemas agravados pelas limitações do mercado, não conseguiram tirar o mesmo partido. A industrialização, acelerada por Vargas, conservava os defeitos do processo empírico de substituição de importações, imediatista, improvisada, sem um planejamento global. Mas, no caso pernambucano, a indústria têxtil possuía uma longa experiência e uma tradição combativa que permitiram a sua sobrevivência nos anos mais difíceis e que garantiriam, depois, uma recuperação rápida, logo que o Governo lhe possibilitou instrumentos financeiros e assessoria técnica, condignamente aproveitados, por isto mesmo merecendo ampliação e aprofundamento do programa de incentivos.

### *Início da indústria têxtil pernambucana*

A medida que passava o tempo, Pernambuco firmava-se não tanto como produtor de algodão e sim enquanto industrializador de tecidos, do ponto de vista cronológico e sob o aspecto de volume de produção.

Com efeito, mesmo que em Minas Gerais tenha aparecido a primeira, Pereira da Costa reconhece que foi pernambucana a “segunda fábrica de fiação e tecidos de algodão fundada no país” (25, p. 47), fundada por Gervásio Pires Ferreira, o maior prócer da Independência em Pernambuco.

É impossível assinalar o ano de inauguração. Pereira da Costa limita-se a atestar que “funcionava já em 1826”. Situava-se no bairro recifense da Boa Vista, no lado da Rua da Glória que dá para o rio Capibaribe, dispondo de “um excelente porto de serviço”. Antônio Joaquim de Melo afirma tratar-se de “uma bella fábrica de descaroçar, fiar e tecer algodão”. E descreve: “A machina era de força de seis cavalos, doze machinas de fiar e vinte e um teares, de primeiro movida por animaes, e depois o foi por vapor; alem de mais de cincoenta escravos que empregavam-se effectivamente, nella achavam trabalho e subsistência muitas mulheres, diversos artistas e outras pessoas pobres. O seu estofa consistente em cobertores e no chamado algodãozinho era bom e preferido ao de outra qualquer Nação” (26).

A novidade consistia na ampliação do simples descaroçamento de algodão em produção em grande escala de tecidos, pois Frei Caneva testemunhou a extensão, no interior, de tais processos de produção, vendo em Limoeiro, então “constante de uma só rua muito comprida”, de “uma machina de ferro para descaroçar algodão, bater e ensacar o mesmo, e para fazer azeite e outras muitas cousas, sendo essa machina de grande preço e de muito valor”. Tratava-se de atividade bastante difundida no sertão nordestino, com vistas à exportação de

algodão, porém comportando, vez por outra, "alguns pequenos teares que fabricam diminuta quantidade de tecidos, os quais ali mesmo são consumidos, pois que só exportam dessas localidades redes lisas e lavradas" (27, p. 116). Com a morte de Gervásio Pires Ferreira entrou em decadência o pioneiro estabelecimento industrial, tendo pouco antes importado novo equipamento da Inglaterra, revendido para a Bahia.

A tentativa fabril, também têxtil, na principal ilha do arquipélago de Fernando de Noronha, naquele tempo pertencente a Pernambuco, e referida ainda por Pereira da Costa, não merece maiores considerações aqui, porque se destinava apenas ao magro consumo interno local. E a tentativa de Gervásio não possui outro significado senão o histórico, de pioneirismo. Desapareceria sem deixar vestígios, exceto o exemplo, confirmando a possibilidade da diversificação industrial da nascente economia brasileira.

Mas quando a Tarifa Alves Branco deu os primeiros frutos de industrialização, por que Pernambuco não se beneficiou, ele que tanto lutara em seu favor, através da sua bancada parlamentar? Não esqueçamos que a Rebelião Praieira irrompe em 1848/49, porém representa a explosão de processo que vem desde muito antes e estende-se além. Na década de 1830, campearam lutas camponesas, "cabanas" (28), na zona mais produtora de açúcar, dentro do quadro de instabilidade institucional que marca o período da Regência, atingindo-nos com maior violência e com intensidade mais prolongada que a Sabina da baiana ou a Balaiada maranhense. Se somarmos a isto, a menor extensão do mercado pernambucano, diante da maior população baiana e carioca, centradas em torno de duas amplas, férteis e acessíveis saneadas portuárias, veremos ser previsível que não nos coubessem as principais recompensas protecionistas. Não nos esqueçamos ainda que o Recôncavo de Todos os Santos produzia açúcar, fumo e outras culturas de exportação, em quantidade superior a Pernambuco na época. Somado o referido fator à sua maior população e à sua relativa estabilidade política, compreenderemos porque, de início na Bahia e, em seguida, no Rio de Janeiro, nasceram os primeiros grandes parques têxteis brasileiros.

Aproveitando a alta das tarifas protecionistas entre 1860 e 1879 e o incremento do trabalho livre, ao lado da quase conjunção da Guerra do Paraguai com a da Secessão estadunidense, proporcionando grandes gastos públicos para financiamento do conflito e vultosos saldos provenientes da exportação de algodão, surgiram enfim condições para o aparecimento da primeira fábrica de tecidos de algodão, em Pernambuco, apta a sobreviver. Era a da Madalena, ainda no Recife, permitida por lei de 1870, iniciada no ano seguinte e inaugurada em 1874,

“com um pessoal de 35 operários sob a direção de um competente profissional contratado na Bélgica, de onde viera todo o maquinismo do estabelecimento; e começando os seus trabalhos com a fábrica de tecido vulgarmente conhecido entre nós por *algodãozinho*, que teve vantajosa saída no comércio, limitou-se exclusivamente à sua produção durante todo o tempo da sua atividade industrial”. Seu proprietário era Antônio Valentim da Silva Barroca, por concessão da lei provincial n.º 1.000, de 13 de junho de 1870 (29).

Quando ocorreu o Encilhamento, na década de 1890 antes demonstrada como de grande surto industrial no país quase inteiro, embora ao lado de inflação, Pernambuco terminou se beneficiando dos resíduos das inversões maciças e desordenadas. Desde o fim da administração estadual do Barão de Lucena em 1890, que tinham sido previstos e assinados cerca de 16 decretos concedendo auxílios para criação de 16 usinas de açúcar subsidiadas estadualmente através de apólices “ao par e ao juro de 7% ao anno”. Após o breve interregno Correia da Silva, assumiu Barbosa Lima, que pôs em prática a medida, adiando “importâncias que representavam 150% da receita pública do estado” (30). E embora estivesse prevista a presença de fiscais do governo junto às usinas, nos quadriênios seguintes logo apareceram reclamações, que se prolongariam décadas afora, contra o atraso ou mesmo inadimplência dos ressarcimentos.

Do volume de investimentos públicos brotou inevitável efeito-multiplicador, deixando apreciáveis e fecundos resíduos internos através de pagamentos de fatores e de matérias-primas e de construção; em larga escala, não só se destinando as inversões à aquisição de equipamentos no Exterior. Daí a margem para a capitalização deslocar-se rumo a outras faixas, favorecendo o aparecimento de várias fábricas de tecidos.

Em 1884 (sucédida por outra em 1889) aparecia a fábrica da Torre; Camarajibe e a atual Cia. Têxtil de Aniagem (antiga Cia. Fábrica de Estoques) em 1891; Paulista (no mesmo ano); Goiana em 1893; Apipucos e Várzea, ambas em 1895; Moreno (atraindo capital até mesmo da distante Bélgica) em 1910; Timbaúba em 1912 (31, p. 51). Todas oriundas de grupos mercantis, o que merece atenção especial; nenhuma provindo das mãos de senhores de engenho ou de usineiros. No máximo, em alguns casos, de comerciantes exportadores de açúcar ou de empresas estrangeiras. Eram as firmas Padilha, Menezes, Amorim, Vasconcelos, Addobatti, Mendes Lima, Bruno Veloso, Braz Silva, Conde Pereira Carneiro e outros, nesta fase, de princípios do século XX.

E não só foi pioneira a indústria têxtil pernambucana, do ponto de vista econômico. Também sob o aspecto social, na experiência da



corporação operária de Camarajige, onde, desde fins do século passado, Carlos Alberto Menezes e Pierre Collier iniciaram, em sua fábrica, um sistema cooperativo de assistência social, até então inédito em todo o país. Os trabalhadores ali adquiriram horários de trabalho e seguros precursores.

Mesmo com a grande crise internacional de 1929, atingindo desde as usinas de açúcar à indústria têxtil, sobreviveram empreendimentos que conferiam uma dualidade fundamental à economia pernambucana: enquanto começava a cair, lentamente, o fastígio do açúcar, o novo tipo de empresário têxtil, acoplado ao novo tipo de produção e ao novo tipo de trabalhador, infiltrava elementos decisivos de renovação no sistema, há séculos vigente, de Patriarcalismo rural. Situado dentro ou na periferia das grandes cidades brasileiras, entre elas no Recife, o parque têxtil muito contribuiu para acelerar sua urbanização, bem como para elevar a capitalização que permitiria ainda maiores brechas inovadoras no sistema. Após a Era Alves Branco (da qual Pernambuco pouco se beneficiou, pelos motivos antes expostos), e ao longo de um itinerário em que se articulavam problemas de comércio exterior e necessidades do consumo interno, as fábricas de tecidos representaram o início de uma industrialização que iria florescer e prolongar-se noutros empreendimentos dentro ou fora dos mesmos grupos. A sobrevivência, após a Grande Crise de 1929, demonstrou sua vitalidade multiplicadora, apesar de todos os percalços.

#### *Maturação da indústria têxtil pernambucana*

Para entendermos o fenômeno do amadurecimento, deveríamos nos concentrar na evolução, na década de 20, de pelo menos três grupos que se destacariam no contexto global da indústria têxtil e das consequências multiplicadoras que chegam aos nossos dias: o grupo Lundgren, o grupo Othon e o grupo Mendes Lima/Batista da Silva.

O primeiro Lundgren a chegar ao Brasil, em 1855, foi Herman Theodor, um imigrante sueco que se instalou como abastecedor de navios ("ship-chandler"), no cais do porto do Recife. Graças à sua rápida capitalização, pôde, logo cinco anos depois, instalar ao sul do Recife a Fábrica de Pólvora de Pontezinha, ainda hoje em operação. Entre 1900 e 1904 — já secundado por seus filhos Herman, Frederico, Alberto e Artur — decidiu penetrar no setor têxtil. Principiou comprando ações da fábrica de Goiana. Diante da reação dos demais proprietários, temerosos da sua crescente ascendência, vendeu-as e adquiriu as de Paulista, então um estabelecimento decadente. Nos anos de 1905/06 tentou estender-se ao setor açucareiro, adquirindo a vizinha Usina Central de Timbó, preferindo em seguida desmontá-la e vender suas máquinas, concentrando-se na fábrica de tecidos. Logo ela se

transformaria na semente de um império econômico, com a instalação doutras indústrias têxteis do grupo, em Rio Tinto (Paraíba) e Santa Elizabeth (Belo Horizonte) (32, p. 10, 36, 38, 61-2). A ponto de, na década de 1920, o grupo ter conseguido criar uma rede de comercialização abrangendo cerca de 200 lojas da cadeia chamada "Casas Pernambucanas", em todo o Brasil (33, p. 119-20). Sistema hoje perfazendo mais de 800, do Norte ao Sul, Centro, Leste e Oeste do País. Só em 1925 apareceriam outros contactos diretos, em menor escala, de produtores e consumidores de tecidos. Enquanto o grupo Lundgren diversificava-se na área química, hoje renovado e liderado no Nordeste por Nilson Lundgren.

Nascido em 1880 em Pernambuco, Othon Lynch Bezerra de Mello estava destinado a construir outro império econômico pernambucano, baseado na indústria têxtil. Trabalhador precoce, em 1905 iniciava sua carreira estabelecendo-se no ramo da venda de tecidos no Recife. Da primeira casa, na Rua da Cadeia, logo brotaram outras, na Rua Duque de Caxias (outrora chamada do "Queimado") e na Rua do Imperador. Em 1924, sua capitalização já lhe permitia a compra da fábrica de Apipucos, passada a chamar-se Cotonifício Othon Bezerra de Mello S/A. Logo em seguida, implanta a fábrica Amalita e, quase uma década após a primeira indústria, compra a fábrica da Várzea, com o novo nome de Anita, homenageando a esposa e a genitora. Daí em diante, a expansão acelerou-se prolongando-se a indústrias sempre têxteis no Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas, estendeu-se a outros ramos, como o hidrelétrico onde foi o pioneiro em Minas Gerais, e aos hotéis, criando uma rede concentrada na Guanabara e em São Paulo, porém transbordando em vários outros lugares do país. Fundou ainda a Companhia de Seguros Riachuelo, destacando-se como Mecenaz das Artes e das Ciências em Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e São Paulo. Seus descendentes prosseguem ampliando o império econômico, instalando uma rede de 130 lojas de varejo, de novo sob o nome "Riachuelo", adquirindo e ampliando usinas de açúcar, companhias de investimento, etc.

No caso Batista da Silva, casado com uma descendente direta do Barão Rodrigues Mendes, um dos fundadores da firma comissária de açúcar Mendes Lima, este grupo estendeu-se também ao setor têxtil, adquirindo as fábricas da Torre e Anigem e lançando as sementes do Cotonifício Capibaribe. Seu filho, Jorge Batista da Silva, aumentou e diversificou consideravelmente as atividades da Torre, penetrando ainda no setor financeiro, através do sistema BANORTE, abrangendo desde banco a outros empreendimentos financeiros. Marcelo Carneiro Leão e Túlio Brandão de Matos ampliaram em grande escala o Capibaribe e a Anigem, criando um verdadeiro conglomerado industrial,

incluindo empresas ligadas a couro, sapatos e estendendo-se além dos limites de Pernambuco, com a aquisição da NORDISA, fábrica de fios finos em Salvador. Crescimento este, do setor têxtil, que não induziu os pernambucanos a reagirem contra o advento, no Nordeste, doutras empresas também produtoras de tecidos, sendo pelo contrário benvidas, com sua experiência e capitalização ainda mais enriquecedoras da região. Pois os únicos impérios econômicos pernambucanos, se pudermos assim chamá-los, baseiam-se em última instância na indústria têxtil, conforme ficou demonstrado.

E os seus problemas apresentam-se idênticos aos do setor no resto do país, embora agravados pelas peculiaridades do Subdesenvolvimento nordestino. A propósito, a SUDENE constatava, em relatório em 1959, nossas dificuldades, ao verificar "que mais de 54% dos fusos em operação no Nordeste tinham 30 anos no mínimo" e quanto "aos teares, o quadro era mais sombrio ainda por isso que 81% deles foram fabricados antes de 1930" e, no meio deles, 90% eram mecânicos (i. é teares não automáticos"). Se somássemos as dificuldades de comercialização desta indústria, excetuadas as maiores já referidas, quando existe a tendência à concentração em tecidos baratos destinados "às zonas rurais em que o mercado é disperso e, necessariamente, influenciava de maneira negativa o custo final do produto pelos acréscimos no processo de comercialização", e se incluíssemos os problemas administrativos (com "falta de controle efetivo sobre os gastos com matéria-prima, desconhecimento dos elos fracos que mais pressionam os custos de produção, excessiva linha de produtos acarretando prejuízos em algumas delas e problemas de comercialização", além do "insuficiente conhecimento do mercado") e se levássemos em conta a diminuição da vantagem competitiva da mão-de-obra outrora mais barata (e encaixada pela "elevação maior no preço de alimentos frente a outras regiões e, em consequência, nos níveis de salários mínimos", ao lado de excesso de força-de-trabalho desqualificada" (34, p. 10.2), poderemos avaliar os obstáculos enfrentados pelo setor têxtil nordestino para renovar-se e crescer, inclusive ao ponto de hoje poder competir até mesmo em exportações. O que vem sendo alcançado com muito menos incentivos que a quase totalidade doutros empreendimentos, em implantação no Nordeste, sem idêntica experiência, nem tantos serviços, empregos e impostos colocados a serviço da região durante tantas décadas.

Pois a indústria têxtil pernambucana correspondeu às escassas vantagens oferecidas, diante doutros ramos bem melhor aquinhoados, conforme se deduz do seu comportamento renovador a partir dos esquemas oferecidos pelo Governo através principalmente da SUDENE.

### *Presente e Futuro do Algodão no Nordeste*

Assim a História do algodão acompanhou paralelamente a História do artesanato e indústria têxteis do Nordeste. Pereira da Costa foi o primeiro a entendê-lo, desde 1916. Ele registra que, segundo o testemunho de Arruda Câmara, o do Areópago de També, Pernambuco de início não percebera a importância do vegetal: "A notícia do grande lucro que podia dar o algodão, a quem o cultivasse, foi penetrando, pouco a pouco, os mattos e despertando os agricultores". Desde 1777 principiou a crescer o entusiasmo e em 1781 se acelerava o processo exportador. A tal ponto que, "nessa phase, em que nós da Inglaterra predominava o algodão brasileiro, o de Pernambuco representava uma grande parte, e assim era preferencialmente procurado; mas, de 1801 por diante, começou o nosso producto nacional a ceder o passo em quantidade, e às vezes mesmo em qualidade ao algodão americano, que se apresentava em competencia, disputando-nos a primazia" (34, p. 10-2). Fenômeno que terminou se ampliando, para prejuízo do algodão nordestino, diante da melhor qualidade do sulista, em especial do Paraná.

As tentativas de incrementar a produção de algodão, e de melhorar sua qualidade, apresentam-se portanto indispensáveis não só para exportação num setor antigo, quanto evidentemente também para aperfeiçoamento dos têxteis brasileiros. Por isto foi criado, em 1971, no Recife, o Instituto Nordestino Para o Fomento de Algodão e Oleaginosas (INFAOL), entidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, destinado, até o momento à pesquisa aplicada, nos referidos ramos, sempre com a intenção de demonstrar a viabilidade das novas soluções técnicas em grande escala. A experimentação em algodão arbóreo já atinge cerca de 4.800 hectares, dentro do mais moderno sistema "dry farming", conforme a ecologia das nossas áreas semi-áridas. Nas zonas mais favorecidas pela pluviometria, experimentam-se em torno de 2.000 hectares de algodão herbáceo, sob os mesmos critérios de modernidade.

Por outro lado, efetuam-se experiências de introdução de novas espécies oleaginosas, sobretudo soja, girassol, amendoim e gergelim, diante da consagrada viabilidade da mamona.

Desde que, no Nordeste, em termos de valor de produção agrícola, o algodão, em geral, ocupa o segundo lugar, e em termos de terras cultivadas permanece o primeiro, ressalta sua importância acrescida pela relevância da indústria têxtil brasileira, expandida nos últimos anos, quando estamos, cada vez mais, vencendo a luta dos custos competitivos, diante da Europa, Japão e dos próprios Estados Unidos. Será de novo outra oportunidade para o Nordeste. Teremos enfrentado, dentro do espírito de integração nacional, o desafio do algodão do

Centro-Sul do País. Aproveitando a grande vantagem ecológica da vocação do solo nordestino para a agricultura algodoeira, única, em sua espécie, em todo o Mundo, pois dá safras ao longo de pelo menos cinco anos, enquanto no egípcio e no peruano, de equivalente qualidade, seus plantios têm de ver-se renovados anualmente. E a maioria exigindo irrigações.

Assim a vocação industrial têxtil do Nordeste complementa-se com a sua rural.

### Referências Bibliográficas

- 1 — FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 10. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1971.
- 2 — NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil [Brazil a study of economic types]*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939.
- 3 — TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Primeiramente publicada na *Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco*. Recife, 11(61):341-443, mar./maio 1904; depois pela *Revista do Instituto Histórico e Geographico da Bahia*. Salvador, v. 19, 1956.  
\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_ . Salvador, Progresso, 1956. p. 23.
- 4 — SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939.
- 5 — NORMANO, op. cit. nota 2.
- 6 — Idem.
- 7 — Ibidem. ,
- 8 — BASTOS, Humberto. *Rui, Ministro da Independência Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949. Também Aliomar Baleeiro defende o mais que financista, quase economista, Rui Barbosa, em *Rui, um estadista no Ministério da Fazenda*. Salvador, Progresso, 1964. Cabe, porém, a Pinto Aguiar o mérito do levantamento sistemático da atuação industrializante de Rui, em vários ensaios e livros.

- 9 — SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- 10 — STEIN, Stanley J. *The Brazilian Cotton Manufacture (Textile enterprise in ou underdeveloped area, 1850-1950)*. Cambridge/Mass., Harvard University Press, 1957.
- 11 — MILET, Henrique. *O meio circulante e a questão bancária*. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1875.
- 12 — NORMANO, op. cit. nota 2.
- 13 — “A burguesia nasce no ventre do latifúndio: mas o proletariado também” (V. Sodré, op. cit. nota 9).
- 14 — BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil (Realizado em 1 de setembro de 1920)*. Rio de Janeiro, 1927, v. 5 1.<sup>a</sup> parte: Indústria).
- 15 — Levantamento feito por Stein, op. cit. nota 10.
- 16 — Idem.
- 17 — STEIN, op. cit. nota 10.
- 18 — NORMANO, op. cit., “Sir Otto E. Niemeyer repete os lugares comuns dos compendios...” (p. 271). Excertos do Relatório Niemeyer foram reproduzidos por Edgar Carone no documentário *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973. p. 103-16.
- 19 — FURTADO, op. cit., nota 1.
- 20 — Apud, LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1970.
- 21 — Idem.
- 22 — Levantamento também feito por Stein, op. cit. nota 10.
- 23 — Idem.
- 24 — BRASIL. SUDENE. *Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste do Brasil*. Recife, 1971.
- 25 — PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais pernambucanos (1824/1833)*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1965, v. 9.

- 26 — MELO, Antonio Joaquim de. *Bibliografia de Gervásio Pires Ferreira*. Recife, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1895.
- 27 — CANECA, Joaquim do Amor Divino, Frei. *Obras politicas e litterarias colleccionadas pelo Commendador Antonio Joaquim de Mello*. Recife, Typ. Mercantil, 1875. t.1.
- 28 — ANDRADE, Manuel Correia de. *A guerra dos cabanos*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1965, passim.
- 29 — PEREIRA DA COSTA, op. cit. nota 25, p. 51. Quanto à referência à firma "Pernambuco, Barroca & Companhia", ela se encontra em Pereira da Costa. *O algodão em Pernambuco; (vista historico-retrospectiva)*. Recife, Impr. Oficial, 1916. p. 24.
- 30 — BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. Dos engenhos centrais às usinas de açúcar de Pernambuco. *Jurídies*, Rio de Janeiro, 16(115):32, out./dez. 1971.
- GALVÃO, Rodolpho. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Alexandre José Barbosa Lima*. Recife, Typ. de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1895. p. 5.
- 31 — PEREIRA DA COSTA, op. cit. nota 25.
- 32 — GOÊS, Raul de. *Um sueco emigra para o Nordeste (Vida, obra e descendência de Lundgren)*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1963.
- 33 — STEIN, op. cit. nota 10.
- 34 — PEREIRA DA COSTA, op. cit. nota 29. Devemos esta fonte à indicação do historiador José Antônio Gonsalves de Mello Neto.

